



Babilônia Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Babilônia Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Babilônia Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

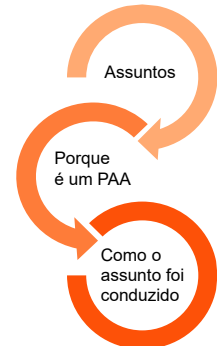
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento da receita</p> <p>Conforme descrito nas Notas 1.1, 5.14 e 21 às demonstrações financeiras, a receita das controladas da Companhia advém do suprimento de energia elétrica decorrente de venda de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER). O correspondente contrato firmado estabelece metodologia de apuração de uma denominada Conta de Energia e, nessa apuração, estão previstas faixas de geração que podem ocasionar ressarcimentos ou receitas variáveis excedentes. Dessa forma, o processamento incorreto de dados ou informações podem gerar distorções no reconhecimento da receita no período. Sendo assim, esse assunto foi considerado como o principal assunto de nossa auditoria.</p>	<p>Para responder a este principal assunto de auditoria, os nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) testes sobre a ocorrência, integridade e acuracidade das receitas reconhecidas pelas controladas, considerando a metodologia de apuração da Conta de Energia e as correspondentes faixas de geração;(b) verificação, em base de testes, da consistência dos valores contábeis apurados com os dados dos controles de captura da energia gerada no exercício;(c) confronto, em base de testes, dos valores apurados com as faturas emitidas;(d) teste de recebimentos subsequentes das faturas emitidas; e(e) leitura das divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações financeiras. <p>Consideramos que o reconhecimento da receita é suportado por controles de captura e processamento dos dados desenvolvidos para seguir a metodologia de apuração da Conta de Energia e que as divulgações em notas explicativas são consistentes com as informações obtidas.</p>



Babilônia Holding S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Babilônia Holding S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de maio de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Conteúdo

Balanco patrimonial	7
Demonstração do resultado do exercício	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

Babilônia Holding S.A.

Balço patrimonial Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)



Ativo	Notas	Controlada		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.094	72	28.316	8.596
Concessionárias	9	-	-	21.617	18.899
Impostos a compensar		640	546	1.236	1.234
Dividendos a receber	13	1.099	5.977	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	10	551	583
Partes relacionadas	11	1.444	245	1.106	63
Outros ativos circulantes		-	61	23	61
Total do ativo circulante		5.277	6.911	52.849	29.436
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	48.002	44.778
Concessionárias	9	-	-	-	1.960
				48.002	46.738
Investimentos	13	190.862	199.949	-	-
Imobilizado	14	28	18	673.469	702.204
Intangível		-	-	3	7
Total do ativo não circulante		190.890	199.967	721.474	748.949
Total do ativo		196.167	206.878	774.323	778.385
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	28	47	5.315	4.523
Obrigações trabalhistas e sociais		282	1.368	1.842	1.368
Impostos a pagar	10	1	53	2.978	2.941
Debêntures	17	5.473	4.080	5.473	4.080
Financiamentos	16	-	-	38.028	34.233
Partes relacionadas	11	1.437	10	217	521
Adiantamentos		-	-	-	64
Outras contas a pagar	19	-	-	77.326	11.112
Total do passivo circulante		7.221	5.558	131.179	58.842
Não circulante					
Debêntures	17	102.766	103.141	102.766	103.141
Financiamentos	16	-	-	448.627	472.425
Provisão para desmantelamento	18	-	-	5.571	4.961
Outras contas a pagar	19	-	-	-	40.837
Total do passivo não circulante		102.766	103.141	556.964	621.364
Patrimônio líquido					
Capital social	20	77.048	77.048	77.048	77.048
Reservas de lucros		10.123	21.131	10.123	21.131
Dividendos antecipados		(991)	-	(991)	-
Total do patrimônio líquido		86.180	98.179	86.180	98.179
Total do passivo e do patrimônio líquido		196.167	206.878	774.323	778.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.



Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	21	-	312	170.852	169.361
Custos operacionais	22	-	(86)	(69.081)	(64.775)
Lucro bruto		-	226	101.771	104.586
Despesas e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(116)	(3.889)	(8.195)	(8.457)
Outras receitas / (despesas) operacionais	22	85	-	(497)	(1.429)
Resultado de participações societárias	13	38.489	48.562	-	-
Total de receitas / (despesas) operacionais		38.458	44.673	(8.692)	(9.886)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		38.458	44.899	93.079	94.700
Despesas financeiras	23	(9.488)	(10.141)	(64.371)	(59.082)
Receitas financeiras	23	199	459	8.714	7.197
Resultado financeiro líquido		(9.289)	(9.682)	(55.657)	(51.885)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		29.169	35.217	37.422	42.815
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	-	-	(8.095)	(7.598)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	(158)	-
Lucro líquido do exercício		29.169	35.217	29.169	35.217
Número de ações		160.933.043	160.933.043	160.933.043	160.933.043
Lucro por ação (R\$)		0,18	0,22	0,18	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	29.169	35.217	29.169	35.217
Resultado abrangente do exercício	29.169	35.217	29.169	35.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Babilônia Holding S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos antecipados	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		132.048	6.400	503	-	-	-	138.951
Redução de capital	20.1	(55.000)	-	-	-	-	-	(55.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	35.217	35.217
Constituição de reserva legal	20.3	-	1.761	-	-	-	(1.761)	-
Dividendos intermediários	20.4	-	-	-	-	-	(20.990)	(20.990)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	12.466	-	(12.466)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		77.048	8.162	503	12.466	-	-	98.179
Dividendos adicionais 2024 - aprovados	20.1	-	-	-	(12.466)	-	-	(12.466)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	29.169	29.169
Constituição de reserva legal	20.3	-	1.458	-	-	-	(1.458)	-
Dividendos intermediários	20.4	-	-	-	-	-	(27.711)	(27.711)
Dividendos antecipados	20.4	-	-	-	-	(991)	-	(991)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		77.048	9.620	503	-	(991)	-	86.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	29.169	35.217	37.422	42.815	
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:					
Depreciações	14	7	2	29.097	29.296
Encargos de dívidas, amortização do custo e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	16	9.321	9.970	62.569	57.173
Baixa de imobilizado	14	-	-	-	166
Provisão para desmantelamento	18	-	-	610	543
Provisão de desvios e restrições de geração PIS e COFINS diferidos		-	-	24.767	19.788
Resultado de participações societárias		(38.489)	(48.562)	-	-
Lucro ajustado		8	(3.373)	154.266	149.781
Variações dos ativos e passivos operacionais					
Concessionárias	9	-	-	(758)	436
Impostos a compensar		(94)	(166)	(1.499)	(177)
Despesas pagas antecipadamente		10	13	32	67
Partes relacionadas - ativo		(1.199)	-	(1.043)	-
Adiantamentos		-	-	(64)	64
Outros ativos		61	(61)	38	(61)
Fornecedores		(19)	(4)	792	(579)
Obrigações Trabalhistas e Sociais		(1.086)	(92)	474	(92)
Impostos a pagar		(52)	14	236	(1.061)
Partes relacionadas - passivo		1.427	10	(304)	521
Outras contas a pagar		-	-	610	(12.664)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(944)	(3.659)	152.780	136.235
Juros pagos	17	(4.631)	(4.559)	(45.299)	(47.069)
Imposto de renda e contribuição social pagos	24	-	-	(6.756)	(6.384)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		(5.575)	(8.218)	100.725	82.782
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Redução de investimento em controlada		-	55.000	-	-
Dividendos recebidos		52.454	24.194	-	-
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	(3.224)	(1.269)
Adições ao imobilizado	14	(17)	(14)	(358)	(363)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		52.437	79.180	(3.582)	(1.632)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos	20.4	(41.168)	(20.990)	(41.168)	(20.990)
Redução de capital social	20	-	(55.000)	-	(55.000)
Amortização do principal de financiamento e debêntures	16	(3.672)	(2.325)	(36.255)	(31.864)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(44.840)	(78.315)	(77.423)	(107.854)
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa		2.022	(7.353)	19.720	(26.704)
Variação do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		72	7.425	8.596	35.300
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.094	72	28.316	8.596
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa		2.022	(7.353)	19.720	(26.704)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Babilônia Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora” ou “Babilônia Holding”), também referida em conjunto com suas controladas como “Grupo”, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Astic IE Participações S.A. (“Astic”), membro do Grupo Actis, cujo controlador em última instância é fundo de *private equity* Actis LLP (“Actis”), com sede em Londres, Inglaterra. A Companhia tem sede e foro na Rua São José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Constituída em 8 de dezembro de 2016, tem por objeto social a participação em outras sociedades.

As participações diretas detidas pela Companhia são as seguintes, referidas em conjunto como “Controladas” ou “Centrais Eólicas Babilônia”:

Companhias	Consolidação	2025	2024
		Direta	Direta
Central Eólica Babilônia I S.A. (“Babilônia I”)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia II S.A. (“Babilônia II”)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia III S.A. (“Babilônia III”)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia IV S.A. (“Babilônia IV”)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia V S.A. (“Babilônia V”)	Integral	100%	100%

1.1 Autorizações dos Parques Eólicos Babilônia I, II, III, IV e V

As Controladas têm, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), as seguintes autorizações e registros de geração:

Companhia	Usinas	Modalidade	Outorga	UF	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWh)	Autorização	
							Início	Término
Babilônia I	Ventos de Santa Aparecida	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Babilônia II	Ventos de Santa Beatriz	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Babilônia III	Ventos de São Gabriel	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Babilônia VI	Ventos de Santa Aurora	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Babilônia V	Ventos de Santa Cecília	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051

Em 13 de novembro de 2015, o Grupo vendeu 72,8 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio de cinco projetos de geração eólica: Ventos de Santa Aparecida, Ventos de Santa Aurora, Ventos de Santa Beatriz, Ventos de Santa Emília e Ventos de São Gabriel, localizados no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 136,5 MW.

Em novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.714, N° 2.713, N° 2.712, N° 2.711 e N° 2.598, a ANEEL liberou as unidades geradoras das Centrais Eólicas Babilônia para início de operação comercial. As usinas geradoras de energia eólica entraram em operação comercial em 1º de novembro de 2018.

1.2 *Constrained-off* – Regulamentação e ressarcimento

A ANEEL regulamentou os procedimentos e critérios para apuração e pagamento da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas por meio da Resolução Normativa nº 927/2021, posteriormente consolidada pela Resolução Normativa nº 1.030/2022. Para os eventos anteriores à entrada em vigor da metodologia definitiva, foi estabelecido tratamento transitório por meio de regras específicas de comercialização. Nesse contexto, a CCEE divulgou cronogramas de reapuração e pagamento dos ressarcimentos referentes ao período transitório, compreendido entre janeiro de 2018 e setembro de 2021, cuja operacionalização teve início em junho de 2023 e foi conduzida de forma faseada ao longo dos ciclos de contabilização subsequentes.

Para os eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.109/2024, que aprovou a metodologia definitiva aplicável à comercialização da energia não fornecida decorrente de *constrained-off*. Em seguida, a CCEE divulgou os cronogramas de operacionalização dos ressarcimentos por meio dos Comunicados Operacionais CO 372/2025 e CO 937/2025. Contudo, em 30 de dezembro de 2025, a CCEE comunicou a suspensão do lançamento dos ressarcimentos relacionados aos eventos classificados como indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica, até a publicação de regulamentação específica sobre o tema.

Posteriormente, em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025, com o objetivo de modernizar o marco regulatório do setor elétrico. Entre as medidas introduzidas pela Lei, destaca-se a previsão de compensação financeira para os cortes de geração de usinas eólicas e solares fotovoltaicas classificados como indisponibilidade externa ou atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema, ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de publicação da Lei.

Nos termos da legislação, para que os geradores façam jus ao ressarcimento, será necessária a assinatura de Termo de Compromisso com o Governo Federal, o qual prevê, entre outras condições, a renúncia ao direito discutido e a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema.

Em 31 de dezembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) abriu a Consulta Pública nº 210/2025, destinada ao aprimoramento da minuta do Termo de Compromisso, com prazo para envio de contribuições até 16 de janeiro de 2026. O Grupo acompanha o processo regulatório e aguarda a publicação da versão definitiva do instrumento, bem como a retomada do processamento dos ressarcimentos no âmbito da CCEE.

1.3 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido do Grupo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$ 78.330 em 31 de dezembro de 2025 (negativo em R\$ 29.406 em 31 de dezembro de 2024), o que decorre, substancialmente, da reclassificação dos saldos de provisão para ressarcimento por baixa geração do passivo não circulante para o passivo circulante, conforme cronograma de realização estimado (Nota explicativa nº 19).

Adicionalmente, o passivo circulante inclui os saldos de financiamentos a serem liquidados nos próximos 12 meses, penalidades por baixa geração a pagar e saldos a pagar a fornecedores; enquanto o ativo circulante contempla, principalmente, a receita fixa recebida mensalmente nos contratos de energia de reserva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses, a administração concluiu que o Grupo terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo, dados os fluxos regulares de caixa a serem recebidos mensalmente, determinados em contratos de receita fixa.

O Grupo não identificou indicativos de incerteza relevante quanto à sua continuidade operacional, uma vez que a geração de caixa futura será suficiente para cobrir as necessidades financeiras ao longo do próximo ano.

2 Base de preparação

2.1 Resumo das políticas contábeis materiais e apresentação das demonstrações financeiras

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS*® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC*® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC*® *Interpretations*).

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que tem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de maio de 2026.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das regras contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 4.

2.4 Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas críticas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

- Imobilizado: determinação da vida útil, com base em dados não observáveis significativos (Nota explicativa nº 14);
- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (Nota explicativa nº 18).

- Outras contas a pagar: referem-se a provisão para ressarcimento e restrições de geração. A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita (Nota explicativa nº 19).

5 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado e demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

5.2 Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os mecanismos anuais e quadrienais, são detalhados na Nota explicativa nº 19.

5.3 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa média anual de 3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos são depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

As licenças de operação são reconhecidas como custo dos parques eólicos e amortizadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/(despesas) operacionais.

5.4 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade e são considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzidos os custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5.5 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

5.6 Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

A Companhia não realiza acordos de financiamento de fornecedores (risco sacado, *forfait* etc.).

5.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados, pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

5.8 Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente nas datas em que são originadas, pelo valor justo deduzidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensuradas ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

5.9 Provisão para desmantelamento

É constituída quando existe uma obrigação legal ou contratual de reposição ambiental ao final da vida útil dos ativos. Foram constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

5.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

5.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado das Centrais Eólicas Babilônia são calculados conforme sistemática do lucro presumido. As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, é aplicada a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais, e para a contribuição social corrente é aplicada a alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado da Companhia são calculados conforme sistemática do lucro real. Sobre o resultado tributável, para o imposto de renda, é aplicada a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais, e para a contribuição social é aplicada a alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no “Patrimônio líquido” ou em “Outros resultados abrangentes”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, quando incorridos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22/IFRIC 23.

5.12 Capital social

As ações da Companhia são todas ordinárias e são reconhecidas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% (50% em 2024) do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

5.13 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios se dá com base em 25% (50% em 2024) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

5.14 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receita operacional líquida

A receita operacional do Grupo é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e ajuste a valor presente.

5.15 Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual as Controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando atendem as seguintes condições (i) têm o objetivo de recebimento de fluxo de caixa contratual, e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais deram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva.

Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na Nota explicativa nº 25.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

6.1 Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes alterações e revisões de normas entraram em vigor a partir de 1º janeiro de 2025:

- (i) CPC 02/ IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09(R3) – Demonstrações Contábeis Individualizadas, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

Essas alterações não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

6.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026).

O Grupo não tem expectativas de impactos significativos nas Demonstrações Financeira decorrentes destas alterações, exceto a IFRS 18 para qual o Grupo está avaliando os impactos de adoção. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

O Grupo tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

7 Gestão de riscos do negócio

O Grupo conta com as seguintes políticas: código de conduta, política antissuborno e anticorrupção, política de relacionamento com terceiros e política de condução de investigação interna. Além disso, há comitês trimestrais de operação, ESG e financeiro e reuniões trimestrais de conselho que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os comitês e reuniões de conselho contam com membros da investidora Actis (controladora indireta da Companhia). Os principais riscos estão descritos a seguir:

7.1 Riscos de mudanças climáticas

Como resposta aos riscos de mudanças climáticas, há sistemas específicos nos parques eólicos que monitoram e fazem previsões de vento, chuva, umidade e temperatura. As mudanças climáticas podem influenciar não somente divulgações, como também estimativas, mensurações e reconhecimentos contábeis em diversas outras áreas, conforme a realidade de cada entidade.

A depender do grau de implicação nas operações, resultados e demonstrações financeiras, as áreas adicionais potencialmente impactadas incluem (mas não limitadas a):

- Perda esperada em instrumentos financeiros;
- Mensurações a valor justo;
- Continuidade operacional;
- Passivos ambientais.

7.2 Riscos operacionais

Os riscos operacionais relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas e desvios de geração de energia são acompanhados através de previsão e acompanhamento de disponibilidade de geração de energia e apólices de seguros.

7.3 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais são mitigados com o acompanhamento dos programas estipulados na licença operacional e campanhas pontuais a partir de avaliações de consultores externos. Relatórios são protocolados nos órgãos competentes de acordo com a legislação vigente.

7.4 Riscos de mercado

Os riscos de mercado podem ocorrer em função das mudanças macroeconômicas nos empréstimos e financiamentos de longo prazo e aplicações. Diferentes cenários são avaliados trimestralmente e anualmente no desenvolvimento do orçamento do próximo ano, conforme descrito na Nota explicativa nº 25.

Dependendo das circunstâncias, as divulgações adicionais podem não estar restritas às estimativas e julgamentos críticos, como também incluir políticas contábeis, notas específicas de ativos e passivos, gerenciamento de riscos e exposições, divulgações de valores justos, entre outros.

7.5 Riscos regulatórios

A atividade das controladas é regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). O Grupo tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos. Sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	-	-	34	9
Aplicações financeiras – renda fixa	2.094	72	28.282	8.587
	2.094	72	28.316	8.596

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos de curto prazo e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos de contas de livre movimentação. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, junto ao banco BTG, e são remuneradas à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2025 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº 23).

9 Concessionárias

	Consolidado	
	2025	2024
Circulante		
Contrato de Energia de Reserva (i)	17.535	16.753
Receita variável (ii)	1.902	-
Outras	2.180	2.146
	21.617	18.899
Não circulante		
Receita variável (ii)	-	1.960
	-	1.960
	21.617	20.859

- (i) Contrato de Energia de Reserva (“CER”): os contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica das controladas tem como contraparte a CCEE, e estipula o recebimento mensal no dia 20 do mês subsequente ao fornecimento de energia pelas controladas. Incluímos maiores detalhes relacionados a esta modalidade na Nota explicativa nº 19. O valor total do contas a receber tem vencimento em até 60 dias.
- (ii) Receita variável: conforme o CER, corresponde à parcela do saldo acumulado da Conta de energia que extrapolar o limite superior da faixa de tolerância, apurada ao final de cada ano contratual e será paga em 12 parcelas mensais no ano contratual subsequente. Em função do processo de *Constrained-off*, os acertos relacionados aos déficits/superávits anuais e quadrienais estão suspensos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não foi constituída provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) sobre os saldos em aberto das concessionárias, uma vez que não foi identificado risco de crédito atrelado aos recebíveis.

10 Impostos

Os impostos são apresentados líquidos entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>	
Impostos a pagar	2025	2024
PIS e COFINS	1	12
CSRF – Serviços	-	2
Outros impostos a recolher	-	39
	<u>1</u>	<u>53</u>
	<u>Consolidado</u>	
Impostos a pagar	2025	2024
IRPJ e CSLL	1.527	1.469
PIS e COFINS	799	834
ISS	39	30
CSRF - Serviços	26	256
IRRF - Serviços	39	250
INSS – Serviços	79	-
ICMS - diferencial de alíquota	13	14
Outros impostos a recolher	456	88
	<u>2.978</u>	<u>2.941</u>

11 Partes relacionadas

11.1 Serviços compartilhados

Os saldos de ativos e passivos e as transações da Companhia com sua controladora, controladas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas que impactaram o resultado do exercício estão apresentadas como segue:

Contraparte	Relacionamento	<u>Controladora</u>					
		<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Astic IE Participações S.A.	Controladora indireta	1.031	8	-	1	(127)	(5)
Central Eólica Babilônia I S.A.	Controle comum	67	-	596	-	878	-
Central Eólica Babilônia II S.A.	Controle comum	67	-	-	-	878	-
Central Eólica Babilônia III S.A.	Controle comum	68	74	-	-	895	-
Central Eólica Babilônia IV S.A.	Controle comum	68	87	841	-	878	-
Central Eólica Babilônia V S.A.	Controle comum	68	76	-	-	876	-
HRZ Transmissão e Participações S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	-	-	-	355
Horizon Transmissão MA I S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	-	9	(13)	(21)
Aliança Transmissora de Energia S.A.	Outras partes relacionadas	75	-	-	-	75	-
		<u>1.444</u>	<u>245</u>	<u>1.437</u>	<u>10</u>	<u>4.340</u>	<u>329</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Relacionamento	Consolidado					
		Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Astic IE Participações S.A.	Controladora indireta	1.031	63	39	44	(596)	(786)
HRZ Transmissão e Participações S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	-	-	(6)	(801)
Horizon Transmissão MA I S.A.	Mesmo grupo econômico	-	-	178	477	(1.291)	(795)
	Outras partes relacionadas	75	-	-	-	75	-
Aliança Transmissora de Energia S.A.		1.106	63	217	521	(1.818)	(2.382)

A Companhia e suas controladoras são parte de um acordo de compartilhamento de gastos que contempla sua controladora, entidades sob controle comum e outras partes relacionadas. (As entidades compartilham membros do pessoal-chave da administração, possuem interdependência operacional e realizam transações relevantes entre si). Estes gastos estão relacionados à manutenção da estrutura administrativa de suporte às suas atividades principais, compreendendo:

- **Infraestrutura administrativa:** conjunto de bens móveis e imóveis que possam ser compartilhados entre diferentes companhias, tais como sistemas de informática e telefonia, terrenos e edificações, bem como facilidades acessórias a ele;
- **Recursos Humanos:** profissionais ligados à execução dos processos compartilhados, para a congregação de esforços, visando à administração mais eficiente e racional de todas as partes;
- **Operação:** atividades e bens compartilhados entre as partes, exceto Infraestrutura e Recursos Humanos.

O compartilhamento é realizado com base em critérios de alocação dos custos e despesas, de modo a distribuí-los de forma proporcional e comutativa entre as partes.

Todas as transações ocorrem no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

11.2 Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração inclui os diretores, os conselheiros e os membros do comitê financeiro. A remuneração registrada no resultado do exercício da Companhia, está apresentada a seguir:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante pago pelo Grupo ao pessoal-chave da administração totalizou R\$ 4.503 (R\$ 2.241 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

A remuneração da Administração do Grupo é paga pela Companhia e pela Horizon Transmissão MA I S.A., que faz parte do mesmo grupo econômico; e são repassadas para as demais empresas através de compartilhamento de custos.

Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

12 Cauções e depósitos vinculados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cauções e depósitos vinculados - financiamentos (i)	37.320	29.031
Cauções e depósitos vinculados - debêntures (ii)	10.682	15.747
	<u>48.002</u>	<u>44.778</u>

Os saldos de cauções e depósitos vinculados referem-se a contas reservas constituídas como garantia no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única (“Debêntures”), emitido pela Companhia, bem como às obrigações junto ao BNDES. Esses saldos estão segregados nas seguintes naturezas:

- (i) Conta Reserva BNDES: destinada a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas junto ao BNDES, conforme previsto contratualmente.
- (ii) Conta Provisão de Debêntures: constituída por aportes mensais equivalentes a 1/6 do valor da próxima parcela do serviço da dívida, com o objetivo de provisionar o pagamento das debêntures.
- (iii) Conta Reserva de Debêntures: deve manter, a qualquer tempo, saldo mínimo equivalente ao valor integral da próxima parcela vincenda do serviço da dívida.

Foi constituído penhor sobre os valores depositados nessas contas reservas, em favor do BNDES e do Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretroatável, como garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas nos respectivos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, os recursos mantidos nas contas reservas estavam aplicados em fundos de investimento referenciados DI, conforme autorizado nos contratos de financiamentos das controladas, com remuneração média equivalente a 99,50% do CDI (100% em 31 de dezembro de 2024), junto ao Banco Santander.

13 Investimentos

13.1 Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

Controlada	2024	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Distribuição de dividendos (ii)	2025	Controladora % participação	
						2024	2025
Babilônia I	36.321	8.887	-	(8.670)	36.538	100%	100%
Babilônia II	39.461	9.400	-	(14.627)	34.234	100%	100%
Babilônia III	41.449	7.544	-	(10.823)	38.170	100%	100%
Babilônia IV	37.988	4.687	-	(5.320)	37.355	100%	100%
Babilônia V	44.730	7.971	-	(8.136)	44.565	100%	100%
	<u>199.949</u>	<u>38.489</u>	<u>-</u>	<u>(47.576)</u>	<u>190.862</u>		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	2023	Equivalência patrimonial	Redução de capital (i)	Distribuição de dividendos (ii)	2024	% participação	
						2023	2024
Babilônia I	43.664	10.263	(8.000)	(9.606)	36.321	100%	100%
Babilônia II	47.071	11.219	(13.500)	(5.329)	39.461	100%	100%
Babilônia III	48.024	8.477	(10.500)	(4.552)	41.449	100%	100%
Babilônia IV	43.417	7.785	(6.000)	(7.214)	37.988	100%	100%
Babilônia V	56.050	10.818	(17.000)	(5.138)	44.730	100%	100%
	238.226	48.562	(55.000)	(31.839)	199.949		

- (i) A redução do capital social das Controladas, no exercício de 2025, foi autorizada pelo BNDES em 8 de agosto de 2025 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de setembro de 2025, sem o cancelamento de ações.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas propuseram a destinação de R\$ 14.295 do lucro líquido para a distribuição de dividendos adicionais, a qual foi aprovada Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 17 de abril de 2025. Em 28 de julho, 25 de novembro e 22 de dezembro de 2025, em Assembleias Gerais Extraordinárias, foram aprovadas distribuições de dividendos intermediários pelas controladas nos montantes de R\$ 13.100, R\$ 16.651 e R\$ 3.530, respectivamente, à conta de lucros acumulados, com base em balanços levantados em 30 de junho, 31 de outubro e 30 de novembro de 2025.
- (iii) Em 28 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foram aprovadas as distribuições de dividendos intermediários pelas Controladas no valor total de R\$ 25.862. Dentro do exercício de 2024 houve o recebimento de R\$ 24.194 destes dividendos e a compensação do saldo remanescente de R\$ 1.668 com o saldo de “Adiantamentos”. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, as Controladas apuraram os dividendos mínimos obrigatórios e houve o registro de um complemento de R\$ 5.977, referente a Babilônia II e Babilônia V.

13.2 Informações sobre as Controladas

	2025				
	Babilônia I	Babilônia II	Babilônia III	Babilônia IV	Babilônia V
Ativo circulante	13.632	7.141	8.482	13.388	7.925
Ativo não circulante	143.871	143.715	147.100	143.493	143.268
Passivo circulante	30.197	25.708	27.075	28.697	15.277
Passivo não circulante	90.768	90.914	90.337	90.828	91.351
Patrimônio líquido	36.538	34.234	38.170	37.356	44.565
Lucro líquido do exercício	8.887	9.400	7.544	4.687	7.971

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024				
	Babilônia I	Babilônia II	Babilônia III	Babilônia IV	Babilônia V
Ativo circulante	5.980	5.819	5.705	5.707	5.545
Ativo não circulante	149.021	148.864	152.019	148.641	150.387
Passivo circulante	12.350	10.771	11.876	11.190	13.330
Passivo não circulante	106.329	104.452	104.399	105.170	97.873
Patrimônio líquido	36.322	39.460	41.449	37.988	44.729
Lucro líquido do exercício	10.263	11.219	8.477	7.785	10.817

14 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação	2025			2024			Consolidado
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Imobilizado em serviço								
Geração								
Máquinas e equipamentos	3%	877.809	(206.944)	670.867	877.483	(177.875)	699.608	
Móveis e utensílios	10%	32	(8)	24	19	(8)	11	
Equipamentos de informática	20%	97	(36)	61	77	(16)	61	
Equipamentos de escritório		1	-	1	1	-	1	
Estoque de peças		2.375	-	2.375	2.375	-	2.375	
Obras civis	4%	151	(8)	141	151	(3)	148	
		880.465	(206.996)	673.469	880.106	(177.902)	702.204	

A seguir está demonstrada a movimentação no exercício:

	2025				Consolidado
	Valor líquido em 2024	Adição	Baixa	Depreciação	Valor líquido em 2025
Imobilizado em serviço					
Geração					
Máquinas e equipamentos	699.608	326	-	(29.067)	670.867
Móveis e utensílios	11	13	-	-	24
Equipamentos de informática	61	19	-	(19)	61
Obras civis	148	-	-	(7)	141
Projeto em curso	-	-	-	-	-
Equipamentos de escritório	1	-	-	-	1
Estoque de peças	2.375	-	-	-	2.375
	702.204	358	-	(29.093)	673.469

	2024				Consolidado
	Valor líquido em 2023	Adição	Baixa	Depreciação	Valor líquido em 2024
Imobilizado em serviço					
Geração					
Máquinas e equipamentos	728.715	173	-	(29.280)	699.608
Móveis e utensílios	11	2	-	(2)	11
Equipamentos de informática	35	37	-	(11)	61
Obras civis	-	151	-	(3)	148
Projeto em curso	166	-	(166)	-	-
Equipamentos de escritório	1	-	-	-	1
Estoque de peças	2.375	-	-	-	2.375
	731.303	363	(166)	(29.296)	702.204

O Grupo avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Tal avaliação é feita com base em fontes externas e internas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação e não há evidências de perda no valor recuperável.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Materiais e serviços	28	47	5.315	4.514
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	9
	28	47	5.315	4.523

16 Financiamentos

Instituição / Credor	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Custo da dívida	Consolidado
						Frequência de pagamento
BNDES	574.000	25/09/2017	574.000	25/09/2017 a 15/05/2035	TJLP + 2,48% a.a.	Principal e juros mensais

16.1 Composição do saldo de financiamentos e encargos de dívidas

	Consolidado					
	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal e juros	38.028	450.398	488.426	34.233	474.382	508.615
Custo de transação	-	(1.771)	(1.771)	-	(1.957)	(1.957)
	38.028	448.627	486.655	34.233	472.425	506.658

16.2 Movimentação dos financiamentos

A movimentação dos financiamentos ocorreu conforme abaixo:

	Consolidado					
	Valor líquido em 2024	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Atualização monetária	Valor líquido em 2025
Principal	506.893	(32.583)	-	-	12.461	486.771
Juros	1.722	(40.668)	40.601	-	-	1.655
Custo de transação	(1.957)	-	-	186	-	(1.771)
	506.658	(73.251)	40.601	186	12.461	486.655

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Valor líquido em 2023</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros provisionados</u>	<u>Amortização do custo de transação</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Valor líquido em 2024</u>
Principal	526.634	(29.539)	-	-	9.798	506.893
Juros	7.243	(42.510)	36.989	-	-	1.722
Custo de transação	(2.373)	-	-	416	-	(1.957)
	<u>531.504</u>	<u>(72.049)</u>	<u>36.989</u>	<u>416</u>	<u>9.798</u>	<u>506.658</u>

16.3 Vencimentos das parcelas

<u>Não circulante</u>	
<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2027	34.144
2028	38.172
2029	42.675
2030	47.705
2031	53.331
2032 até 2035	234.371
	<u>450.398</u>

Os valores apresentados no quadro acima, não contemplam os custos de transação.

16.4 Garantias contratuais

Os financiamentos com BNDES foram contratados pelas Centrais Eólicas Babilônia. Em virtude dos referidos financiamentos, foram cedidos os seguintes itens como garantia: ações das Centrais Eólicas Babilônia, direitos de créditos e equipamentos (65 unidades do aerogerador, modelo G114 Maxpower, 2.1MW, fornecidos pela Siemens Gamesa Renewable Energy, no valor de R\$ 9.047).

16.5 Covenants contratuais

As Centrais Eólicas Babilônia estão sujeitas a determinadas obrigações contratuais (*covenants*), em virtude dos financiamentos contratados junto ao BNDES. Abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3 (três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção dos aerogeradores;
- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 6 (seis) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros;
- Apresentar em conta caução e depósito vinculado saldo disponível de reserva serviço de dívida das debêntures no valor necessário para perfazer o montante equivalente à próxima prestação dos serviços da dívida das debêntures;
- A Babilônia Holding S.A., no papel de interveniente, deve manter, anualmente, um índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,20.

A administração do Grupo monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

O Grupo atendeu plenamente a todas as obrigações restritivas (*covenants* quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devessem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2025.

17 Debêntures

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data de emissão	Controladora e Consolidado	
					Vigência do contrato	Finalidade
Pavarini	87.000	1.000	87.000	15/06/2019	15/06/2019 a 15/11/2033	Implementação do Parque Eólico

17.1 Composição do saldo das debêntures e encargos

	Controladora e Consolidado					
	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal e juros	5.473	103.910	109.383	4.080	104.296	108.376
Custo de transação	-	(1.144)	(1.144)	-	(1.155)	(1.155)
	5.473	102.766	108.239	4.080	103.141	107.221

17.2 Movimentação das debêntures

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 2024	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Atualização monetária	Valor líquido em 2025
Principal	107.842	(3.672)	4.554	-	120	108.844
Juros	534	(4.631)	4.636	-	-	539
Custo de transação	(1.155)	-	-	11	-	(1.144)
	107.221	(8.303)	9.190	11	120	108.239

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 2023	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo de transação	Atualização monetária	Valor líquido em 2024
Principal	105.077	(2.325)	-	-	5.090	107.842
Juros	538	(4.559)	4.555	-	-	534
Custo de transação	(1.480)	-	-	325	-	(1.155)
	104.135	(6.884)	4.555	325	5.090	107.221

17.3 Vencimentos das parcelas

Não circulante	
Vencimento	Valor
2027	6.167
2028	8.633
2029	8.633
2030	11.100
2031	17.267
2032 até 2033	52.110
	103.910

Os valores apresentados no quadro acima, não contemplam os custos de transação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures emitidas pela Companhia partilham das mesmas garantias e *covenants* dos contratos com o BNDES, descritos na Nota explicativa nº 16.

18 Provisão para desmantelamento

	Consolidado	
	2025	2024
Desmantelamento	5.571	4.961
	5.571	4.961

A movimentação da provisão para desmobilização no exercício é a seguinte:

Saldo em 31/12/2023	4.418
Ajuste a valor presente	543
Saldo em 31/12/2024	4.961
Ajuste a valor presente	610
Saldo em 31/12/2025	5.571

A provisão para desmantelamento dos Parques eólicos das Centrais Eólicas Babilônia está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 14).

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi feito com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até o fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,23% a.a.

19 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2025	2024
Ressarcimento a concessionárias	77.326	51.949
	77.326	51.949

O saldo de Outras contas a pagar refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a CCEE, a ser pago às concessionárias.

Os contratos CER têm as seguintes características: (i) preveem o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração *versus* o montante contratado, sob a ótica de quatro cenários, conforme segue:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento anual à CCEE, sendo aplicada a penalidade equivalente a 115% do preço contratual sobre o montante de MWh que for inferior a 90%.
2	Entre 90% e 100%	Gera saldo negativo na apuração quadrienal. Não gera ressarcimento anual.
3	Entre 100% e 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal. Não gera ressarcimento anual.
4	Acima de 130%	Gera recebimento valorado a 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder os 130%.

Os déficits de geração anual são cobrados no ano subsequente à contabilização pela CCEE e os déficits ou saldos positivos das apurações quadrienais serão cobrados no final de cada quadriênio. Em função do processo de *Constrained-off*, os déficits anuais e quadrienais estão suspensos de serem abatidos da receita fixa recebida mensalmente.

Ressarcimento por baixa geração

Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%; caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais uniforme ao longo do ano contratual seguinte.

Ao final do 3º ano contratual do 2º quadriênio, em 31 de outubro de 2025, a Companhia apurou que o saldo acumulado da conta de energia extrapolou a margem inferior de 10% abaixo do valor da energia contratada, ensejando o registro de ressarcimento anual no montante de R\$ 4.344 (R\$ 11.112 em 2024, referente ao 2º ano contratual do mesmo quadriênio). A parcela correspondente à penalidade contratual de 15% sobre o volume não entregue, no montante de R\$ 541 (R\$ 1.384 em 2024), foi registrada em contrapartida à rubrica "Outras receitas / (despesas) operacionais".

Constrained-off

Durante o exercício 2025, a Companhia apurou o direito à compensação financeira decorrente de restrições de geração por indisponibilidade externa, relativas ao período de novembro de 2023 a dezembro de 2025 (período em que as horas de restrição excederam a franquia estabelecida pelo ONS) e reconheceu ganho no montante de R\$ 5.475 no resultado do exercício, na rubrica "Receita operacional líquida".

20 Patrimônio líquido**20.1 Capital social**

O Capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente integralizado, é de R\$ 77.048 (R\$ 132.048 em 31 de dezembro 2024), composto de 160.933.043 (160.933.043 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia em R\$ 55.000, sem o cancelamento de ações, com restituição integral aos acionistas.

Acionista	Ações Nominativas		
	2025	2024	%
Astic IE Participações S.A.	160.933.043	160.933.043	100%
	160.933.043	160.933.043	100%

A Companhia não tem capital autorizado, conforme estatuto social.

20.2 Lucro por ação

	2025	2024
Lucro por ação		
Lucro líquido apurado no exercício	29.169	35.217
Nº de ações da Companhia	160.933.043	160.933.043
Lucro por ação (em R\$)	0,18	0,22

20.3 Reservas de lucros

	2025	2024
Reservas de lucros		
Reserva legal	9.620	8.162
Reserva de retenção de lucros	503	503
Dividendos adicionais propostos	-	12.466
Total	10.123	21.131

Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender à potenciais eventos incertos no futuro

Dividendos adicionais propostos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia propôs a destinação de R\$ 12.466 do lucro líquido para a distribuição de dividendos adicionais, a qual foi aprovada pelos acionistas Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2025.

20.4 Destinação do lucro

Em 17 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a reforma do Estatuto Social da Companhia, no qual foi determinado que o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) 5% para formação de reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito;
- (ii) constituição de reserva para contingências, se proposto pela administração e aprovado pela Assembleia Geral;
- (iii) 25% para pagamento de dividendo obrigatório;
- (iv) retenção de reserva de lucros com base no orçamento de capital, se proposto pela administração e aprovado em Assembleia Geral;
- (v) o saldo remanescente será objeto de distribuição de dividendos, conforme proposto pela administração e aprovado em Assembleia Geral.

No exercício anterior, conforme definido na Lei nº 6.404/76, artigo 202, os acionistas tinham direito a dividendos mínimos de 50% do lucro líquido ajustado depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido apurado no exercício	29.169	35.217
Constituição de reserva legal	<u>(1.458)</u>	<u>(1.761)</u>
Base de cálculo dos dividendos	27.711	33.456
Dividendos intermediários (i)	<u>(28.702)</u>	<u>(20.990)</u>
Total de dividendos distribuídos	<u>(28.702)</u>	<u>(20.990)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>98%</u>	<u>60%</u>

- (i) Em 28 de julho, 25 de novembro e 22 de dezembro de 2025, em Assembleias Gerais Extraordinárias, foram aprovadas distribuições de dividendos intermediários nos montantes de R\$ 8.945, R\$ 17.651 e R\$ 2.106, respectivamente, à conta de lucros acumulados, com base em balanços levantados em 30 de junho, 31 de outubro e 30 de novembro de 2025. O montante total distribuído no exercício foi de R\$ 28.702, o qual excedeu o lucro líquido do exercício disponível para distribuição. O saldo excedente, no montante de R\$ 991, foi reclassificado para a rubrica "Dividendos antecipados", apresentada como conta redutora do patrimônio líquido, a ser compensado na destinação do resultado do exercício subsequente.

Em 28 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 20.990 à conta de lucros acumulados, sendo este montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios apurados no final do exercício.

20.5 Dividendos

A movimentação do saldo da conta de dividendos a pagar é composta conforme segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos em 1º de janeiro	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos adicionais aprovados – 2024	12.466	-
Dividendos intermediários	28.702	20.990
Dividendos pagos	<u>(41.168)</u>	<u>(20.990)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

21 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita faturada	-	344	202.570	194.216
(-) Desvios e restrições de geração (Nota explicativa nº 19)	-	-	(24.767)	(17.900)
Receita operacional bruta	-	344	177.803	176.316
(-) Deduções à receita bruta				
Penalidade por insuficiência de lastro	-	-	(539)	(500)
PIS e COFINS	-	(32)	(6.412)	(6.455)
Receita operacional líquida	-	312	170.852	169.361
MWH – gerado			543.173	580.173

22 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos				
Custos com energia				
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(8.980)	(8.769)
	-	-	(8.980)	(8.769)
Custos de operação				
Materiais e serviços de terceiros	-	(86)	(26.775)	(22.822)
Depreciações	-	-	(29.086)	(29.294)
Outros custos de operação	-	-	(4.240)	(3.890)
	-	(86)	(60.101)	(56.006)
Total de custos operacionais	-	(86)	(69.081)	(64.775)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas				
Gerais e administrativas				
Salários, encargos e benefícios	(3.626)	(3.319)	(4.831)	(3.321)
Serviços de terceiros	(550)	(683)	(1.299)	(2.445)
Compartilhamento de despesas (Nota explicativa nº 11.1)	4.340	329	(1.818)	(2.382)
Outras	(280)	(216)	(247)	(309)
	(116)	(3.889)	(8.195)	(8.457)
Outras receitas / (despesas) operacionais				
Ressarcimento por baixa geração de energia (Nota explicativa nº 19)	-	-	(541)	(1.384)
Outras	85	-	44	(45)
	85	-	(497)	(1.429)
Total de despesas operacionais	(31)	(3.889)	(8.692)	(9.886)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Receita de rendimento de aplicações financeiras	133	422	8.611	7.150
Outras receitas financeiras	66	37	103	47
	199	459	8.714	7.197
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(9.321)	(9.970)	(62.569)	(57.173)
Atualização monetária – ressarcimento	-	-	(26)	(505)
Comissões sobre financiamentos	(31)	(49)	(524)	(655)
Ajuste a valor presente (Nota explicativa nº 20)	-	-	(610)	(543)
Outras despesas financeiras	(136)	(122)	(642)	(206)
	(9.488)	(10.141)	(64.371)	(59.082)
	(9.289)	(9.682)	(55.657)	(51.885)

24 Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia controladora, o imposto de renda e contribuição social são registrados no resultado e calculados com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

	Controladora			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	29.169	29.169	35.217	35.217
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(7.292)	(2.625)	(8.804)	(3.170)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL diferidos sobre PF e BN não reconhecidos	(2.330)	(839)	(3.374)	(1.214)
IRPJ e CSLL sobre (adições) / exclusões temporárias não reconhecidos	-	-	77	28
IRPJ e CSLL sobre (adições) / exclusões permanentes	-	-	(39)	(15)
Equivalência patrimonial	9.622	3.464	12.140	4.371
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-	-

Para as Centrais Eólicas Babilônia, o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Centrais Eólicas Babilônia			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	177.228	177.228	175.972	175.972
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%	8%	12%
Receita operacional bruta	14.179	21.267	14.078	21.117
Receitas financeiras	8.515	8.515	6.737	6.737
Base de cálculo	<u>22.694</u>	<u>29.782</u>	<u>20.815</u>	<u>27.854</u>
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL apurados	(3.304)	(2.681)	(3.122)	(2.507)
Ajuste decorrente do adicional de 10% do IRPJ	(2.168)	-	(1.969)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(5.572)</u>	<u>(2.681)</u>	<u>(5.091)</u>	<u>(2.507)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>3,14%</u>	<u>1,51%</u>	<u>2,89%</u>	<u>1,42%</u>

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é feita por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

25.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os financiamentos captados pelo Grupo, apresentados na Nota explicativa nº 16 têm, como contraparte, o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pelo Grupo criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que um aumento da inflação e da taxa SELIC provocaria um custo maior na realização dessas operações.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2025 (CDI 10,81% a.a., TJLP 7,43% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução / elevação do índice em 25%; e
- (iii) Cenário III: redução /elevação do índice em 50%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

			Controladora				
Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.094	2.320	2.377	2.434	2.264	2.207
Debêntures	IPCA +4,2386%	(108.239)	(118.055)	(119.362)	(120.669)	(116.748)	-115.441
Exposição líquida		(106.145)	(115.734)	(116.985)	(118.235)	(114.484)	-113.234

			Consolidado				
Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	28.282	31.339	32.104	32.868	30.575	29.811
Cauções e depósitos vinculados	CDI	48.002	53.191	54.488	55.786	51.894	50.597
Financiamentos	TJLP+2,48%	(486.655)	(534.883)	(543.922)	(552.962)	(525.843)	(516.803)
Debêntures	IPCA+4,2386%	(108.239)	(118.055)	(119.362)	(120.669)	(116.748)	(115.441)
Exposição líquida		(518.610)	(568.407)	(576.692)	(584.977)	(560.122)	(551.837)

25.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos e debêntures captados pelo Grupo são apresentados nas Notas explicativas nº 16 e 17.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente nas Notas explicativa nº 16 e 17. Até 31 de dezembro de 2025 todos os *covenants* quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 8) e Concessionárias (Nota explicativa nº 9). O Grupo em 31 de dezembro de 2025 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota explicativa nº 26) para as rubricas de Empréstimos e Financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

25.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas Caixa e equivalente de caixa, Concessionárias e Caução e depósitos vinculados.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro é:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	2.094	72	28.316	8.596
Concessionárias	-	-	21.617	20.859
Partes relacionadas	1.444	245	1.106	63
Cauções e depósitos vinculados	-	-	48.002	44.778
	3.538	317	99.041	74.296

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais

25.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Informações de Nível 2: são técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Informações de Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Categoria	Níveis	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros						
Bancos conta movimento	Custo amortizado		-	-	34	9
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	2.094	72	28.282	8.587
Concessionárias	Custo amortizado		-	-	21.617	20.859
Cauções e depósitos vinculados	Valor justo	Nível 2	-	-	48.002	44.778
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		28	47	5.315	4.523
Financiamentos (i)	Custo amortizado		-	-	486.655	506.658
Debêntures (i)	Custo amortizado		108.239	107.221	108.239	107.220
Outras contas a pagar	Custo amortizado		-	-	77.326	51.949

(i) Os financiamentos do BNDES e Debêntures não foram marcados a mercado por se tratarem de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado).

26 Compromissos contratuais e garantias

26.1 Responsabilidades com locações operacionais

As Centrais Eólicas Babilônia firmaram contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 42 anos e poderão ser renovados por períodos sucessivos de 22 anos. O pagamento tem como base 1,5% da receita líquida dividida pelo número total de aerogeradores da usina eólica e multiplicado pelo número de aerogeradores efetivamente instalados em cada área arrendada.

26.2 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado

As Centrais Eólicas Babilônia assinaram contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com a CCEE. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de dezembro 2018 a 31 de outubro de 2038. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

26.3 Garantias

Tipo de Garantia Oferecida	Consolidado	
	2025	2024
Penhor de ações (a)	154.300	154.301
Fiança bancária (b)	1.202	1.202

- (a) Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as Centrais Eólicas Babilônia (“beneficiárias”) para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de financiamentos, foram dadas em garantia todas as ações representativas do capital social das Centrais Eólicas Babilônia, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.

- (b) Fiança bancária: contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fianças bancárias contratadas junto ao Banco Itaú refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão das Centrais Eólicas Babilônia com o ONS.

27 Meio ambiente

O Grupo está sujeito à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Atualmente, todos os assuntos ambientais estão em conformidade com as condicionantes da Licença de Operação. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Não houve nenhuma sanção administrativa em 2025.

28 Provisão para contingências

A Companhia e suas Controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não tem processos judiciais e procedimentos administrativos em andamento.

As Controladas são partes em outros processos e riscos, nos quais a administração, suportadas por seus consultores jurídicos externos, estima que as chances de êxito são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perda possível, em 31 de dezembro estavam assim representadas:

Descrição	Tipo	Consolidado	
		2025	2024
Impugnação ao lançamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) de Morro do Chapéu	Tributária	-	93
Ação de processo cível como 2ª Ré da Pólux Montagens Elétricas Ltda. contra Elecnor do Brasil Ltda. e Babilonia III	Cível	2.066	1.506
Ação de demarcação e reivindicação de área com alegação de sobreposição e vícios registraes em Jacobina/BA	Cível	1	-
		<u>2.067</u>	<u>1.599</u>

29 Seguros

O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A avaliação da suficiência dessas apólices não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da Apólice</u>	<u>Limite Máximo de Indenização Consolidado em 2025</u>	<u>Limite Máximo de Indenização Consolidado em 2024</u>
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais (Danos Materiais e Lucros Cessantes)	447.453	447.453
Responsabilidade Civil	Geral	20.000	20.000
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	Geral	30.000	20.000
	* * *		

Fernando Souza Oliveira
Diretor Financeiro

Eduardo de Brito Soares Filho
Diretor-Presidente

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9